



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021

MENSAGEM Nº

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Nos termos do inciso VI do art. 92 da Lei Orgânica do Município, tenho a honra de submeter à elevada apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar que *“Altera a Lei Complementar nº 192, de 9 de janeiro de 2015, que institui, no município de Contagem, o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e dá outras providências.”*

Submeto à apreciação dessa Colenda Casa Legislativa, o incluso projeto de lei complementar, para alterar a Lei Complementar nº 192, de 9 de janeiro de 2015, que institui, no Município de Contagem, o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O presente projeto de lei pretende alterar vários dispositivos do “Capítulo IV – DO ACESSO AOS MERCADOS” – que compreende os artigos 18 a 25 da referida lei e acrescentar os artigos 25-A e 25-B, tornando-os mais compreensíveis e ampliando os seus efeitos, além de autorizar no âmbito municipal a utilização do benefício conferido pelo § 3º do art. 48 da Lei Complementar Federal 123, de 2006.

Cumprе frisar que tais medidas visam fomentar a competitividade dos pequenos negócios e alavancar o desenvolvimento econômico e social do município. Isso porque o § 3º do art. 48 da Lei Complementar Federal permite que, de forma justificada, a Administração priorize a contratação de Microempresas – ME – e Empresas de Pequeno Porte –EPP – localizadas local ou regionalmente, adjudicando a um preço superior em até 10% do preço válido obtido em processos licitatórios.

Referido benefício representa a materialização de políticas públicas onde o poder de compra governamental deve ser utilizado para contribuir diretamente com uma melhor distribuição de renda local e regional.

Tendo em vista entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como ao fato do Município de Contagem contar com legislação própria referente às ME e EPP, referida alteração do Capítulo IV mencionado se faz necessária, como forma de dar expressão prática, no âmbito municipal.



Além da necessidade legal objetivada, é de todo o interesse público que o Município propicie o estabelecimento de políticas públicas de grande impacto para o desenvolvimento local integrado e sustentado, no que se refere à geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade, incentivo à inovação e fortalecimento da economia com benefícios diretos para toda a sociedade.

Por fim, esclareço que as medidas previstas na proposta encontram-se em conformidade com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando adequação orçamentária e financeira, notadamente no que concerne à lei orçamentária anual, ao plano plurianual e à lei de diretrizes orçamentárias.

Por todo exposto, certa de que este projeto de lei complementar receberá a necessária aquiescência de Vossa Excelência e de seus pares, submeto-o à apreciação dessa Casa, e, na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Palácio do Registro, em Contagem, 24 de novembro de 2021


MARÍLIA APARECIDA CAMPOS
Prefeita de Contagem